

A China na política externa do terceiro governo Lula: cem dias de reconstrução

China in Lula's third administration's foreign policy: one hundred days of reconstruction

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133618>

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa

Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil

anateresa.marra@gmail.com  

Rafael Almeida Ferreira Abrão

Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil

ra.abrao@gmail.com  

Luis Filipe de Souza Porto

Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil

filipesporto@outlook.com  

Resumo

Neste trabalho, analisamos a Política Externa Brasileira (PEB) com foco nas relações Brasil-China, considerando os cem primeiros dias do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual). Como pergunta de pesquisa, questionamos qual tem sido o lugar da China e como o Brasil buscou enfrentar os desafios de recuperar as relações bilaterais nos primeiros cem dias de governo Lula. Argumentamos que as relações com a China, após passarem por tensionamentos durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), voltaram a ter um papel estratégico para o Brasil. Em âmbito bilateral, a administração Lula passou a buscar oportunidades para fortalecer metas do governo brasileiro relativas ao desenvolvimento interno (em especial, de reindustrialização e desenvolvimento tecnológico). Na esfera global, a busca tem sido por apoio da China para o fortalecimento de pautas e posicionamentos que podem projetar os interesses brasileiros e dar mais protagonismo ao país. Como métodos, realizamos uma revisão bibliográfica, cobrindo artigos científicos e livros, além de uma análise de documentos e dados governamentais, discursos de autoridades e fontes jornalísticas. Concluímos que, apesar dos anseios de reaproximação, desafios internos e externos podem afetar o uso das relações com a China para alcançar os objetivos da PEB de Lula.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Relações Brasil-China; Governo Lula.

Abstract

In this paper, we analyze the Brazilian Foreign Policy (i.e. PEB in Portuguese), focusing on Brazil-China relations, considering the first hundred days of the third administration of Luiz Inácio Lula da Silva (2023-current). We argue that relations with China, after facing tensions during the Jair Bolsonaro administration (2019-2022), are once again playing a strategic role for Brazil. Lula administration began to look for opportunities to strengthen the Brazilian government's goals related to domestic development (in particular, reindustrialization and technological development). At the global level, the search has been for China's support to strengthen agendas and positions that can project Brazilian interests and give the country a leading international role. The paper used a bibliographical review and the collection of primary data as methods. We conclude that both internal challenges and external constraints can affect relations with China to achieve Lula's foreign policy objectives.

Keywords: Brazilian foreign policy; Brazil-China relations; Lula government.

Recebido: 30 Junho 2023

Aceito: 15 Novembro 2023

Agradecemos a todos/as os/as integrantes do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB), da Universidade Federal do ABC (UFABC), em especial ao Grupo de Trabalho de Relações Brasil-China no qual os/as autores participam.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhado-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Pode-se considerar que os primeiros cem dias de um governo são estratégicos para a definição de suas principais diretrizes. É o período em que deve ser estabelecida a direção para as ações mais importantes que caracterizarão o mandato. Neste trabalho, analisamos a Política Externa Brasileira (PEB) no início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual), com foco nas relações Brasil-China.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as relações entre Brasil e China tiveram um reduzido engajamento em níveis político-diplomáticos em meio à retórica agressiva adotada pelo presidente brasileiro contra os chineses e ao alinhamento praticado com os Estados Unidos (EUA). As relações contrastaram com as praticadas nos mandatos anteriores de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), quando a cooperação com a China havia sido encarada como estratégica para o Brasil. Isso ocorreu não somente pela importância bilateral, mas pelo papel que as relações Brasil-China tiveram para a projeção global do país e para a diversificação das parcerias externas brasileiras, como parte de uma estratégia de equilíbrio na inserção internacional (SOUSA, 2016).

Um dos desafios para a PEB, com a saída de Bolsonaro, passou a ser a reconstrução das relações no novo governo Lula, que conta não só com um cenário internacional adverso para atuação externa, caracterizado pelo aumento da competição interestatal entre, de um lado, Estados Unidos (EUA) e, de outro, China e Rússia, como também com um patamar estabelecido nas relações com a China que é diferente do período em que governou no passado. Em termos do intercâmbio bilateral, se a China era o país com o qual o Brasil buscava diversificar suas relações em 2003, hoje – considerando que o comércio com a China (que se tornou em 2009 a maior parceira comercial do Brasil) é praticamente o dobro do que se tem com os próximos 4 maiores parceiros –, atualmente a situação se inverteu e é preciso diversificar as relações comerciais para além da China.

Diante disso, cabe-nos questionar qual tem sido o lugar da China na PEB e como o Brasil enfrentou os desafios nas relações bilaterais nos primeiros cem dias de governo Lula. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar as relações Brasil-China, com foco nos cem primeiros dias de governo, para compreender qual papel a China ocupa dentro da política externa do novo governo Lula e os desafios que decorrem disso. Nossa hipótese é que o governo tentou retomar na PEB uma estratégia baseada em um modelo de equilíbrio e diversificação de parcerias, no qual busca articulações com países diversos, para ampliar a inserção internacional brasileira. Nessa política, as articulações com a China voltaram a ter um papel estratégico, buscando-se oportunidades, em âmbito bilateral, para fortalecer metas do governo brasileiro relativas ao desenvolvimento interno (em especial, de reindustrialização e desenvolvimento tecnológico), e na esfera global, o apoio da China para o fortalecimento de pautas e posicionamentos que pudessem projetar os interesses brasileiros e dar mais protagonismo ao país. Contudo, concluímos que tanto desafios internos, como constrangimentos externos, podem afetar o uso das relações com a China para alcançar os objetivos nacionais e internacionais listados.

A metodologia do trabalho se baseou na análise de documentos e fontes jornalísticas contextualizados a partir de uma revisão sistemática da bibliografia especializada no tema. Como afirma Gil (2008, p.51) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, mesmo que já tenham sido tratados inicialmente. Documentos como relatórios, tabelas, estatísticas, discursos registrados dos governantes, etc., podem ser insumos importantes que permitem a análise de processos sociais, contribuindo para o debate acadêmico, sendo que “em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos”, uma vez que não se pode indagar diretamente aqueles que poderiam dar respostas (GIL, 2008, p. 147).

Os documentos, contudo, necessitam ser tratados e analisados cuidadosamente para não enviesar a pesquisa, motivo pelo qual devem ser contextualizados. Neste trabalho, usamos referências da área de Análise de Política Externa e os estudos de PEB para fazer essa contextualização. Assim, os objetivos da nova política externa do governo Lula para a

China foram deduzidos a partir de documentos e discursos governamentais sobre as ações pretendidas pelo governo, publicados especialmente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Presidência da República, de dados governamentais disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), de discursos de autoridades e fontes jornalísticas, contextualizados a partir ampla revisão bibliográfica, cobrindo artigos científicos e livros sobre política externa brasileira.

Tendo em vista estas considerações, apresentamos a sistematização da metodologia empregada na investigação, que se baseou na coleta de fontes primárias e secundárias:

- 1) leitura e fichamento de livros e artigos que abordam o tema em questão;
- 2) consulta e análise de fontes que permitam testar nossa hipótese inicial, como:
 - a) fontes jornalísticas que permitam analisar o recorte temporal proposto;
 - b) Documentos do Ministério das Relações Exteriores;
 - c) Documentos da Presidência da República;
 - d) Base de dados disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
 - e) Discursos oficiais;
 - f) Relatório final do Gabinete de Transição Governamental
- 3) redação do trabalho de investigação com base nas fontes e dados levantados;

Destaca-se que a análise da conjuntura das relações bilaterais do Brasil com parceiros específicos ou sobre temas particulares é um foco importante para o campo de estudos da PEB que contribui para, ao longo do tempo, sustentar à compreensão da inserção internacional do país e conduzir a análises mais densas sobre a política externa brasileira e os desafios a serem enfrentados pela área. Assim, mesmo que nesta pesquisa abordemos questões mais atuais, oferecendo uma análise cronologicamente próxima do objeto, o trabalho se justifica por conferir relevância ao estudo como base para o debate público e subsídio para formulação política.

Além desta introdução, o trabalho possui mais quatro partes. Na segunda parte, analisam-se padrões de inserção internacional do Brasil e o lugar da China neles, é o momento em que apresentamos as referências de PEB que tomaremos como base para a investigação. Em uma terceira seção, as contradições nas relações com a China durante o governo Bolsonaro são abordadas. Na quarta, realizamos um apanhado sobre os aspectos gerais da PEB do novo governo Lula para, em seguida, analisar as relações Brasil-China nos primeiros cem dias. Por fim, apresentamos as nossas considerações sobre a pesquisa realizada.

Padrões de inserção internacional do Brasil e o lugar da China

A literatura especializada em PEB admitiu, ao longo de muito tempo, a existência de uma tendência de continuidade da política externa. Tanto o papel estabilizador desempenhado pela burocracia, especialmente através do Itamaraty (ARBILLA, 2000), como a interpretação de que houve um consenso relativo em relação a uma política externa de cunho desenvolvimentista, pelo menos até o final da década de 1980 (CASARÕES, 2012), são elementos que fortaleceram a percepção de uma tendência de continuidade.

A existência de constrangimentos externos é igualmente apontada como fator que dificulta alterações mais profundas. As relações de poder no sistema internacional colocam os países em determinadas posições, as quais são propriedade do sistema, e não produto do desejo dos países (WALTZ, 2002). O Brasil, embora seja um país que esteja em uma posição intermediária, podendo ser considerado uma potência média com certo grau de autonomia, tem que lidar com o peso de condicionantes que limitam possibilidades de inserção (SENNES, 2003).

Com base na presença desses estabilizadores internos e externos que constroem mudanças, a literatura sobre PEB elaborou a interpretação de que o país adquiriu ao longo de sua história determinados padrões diplomáticos de engajamento que englobam diferentes períodos (CERVO, 2008). Enquanto trabalhos como o de Cervo (2008) e Cervo e Bueno

(2010) delimitaram a existência de paradigmas a respeito da inserção do Brasil no mundo tendo como base o nexo entre política externa e modelos de desenvolvimento¹, estudiosos como Vigevani e Cepaluni (2011) e Lima (2005) estabeleceram padrões de inserção para o Brasil tendo como fundamento a relação do país com a potência dominante – os EUA – e a ordem internacional estabelecida.

Vigevani e Cepaluni (2011) diferenciaram estratégias de inserção com base na forma como o país buscou resguardar sua autonomia: destacaram-se estratégias de autonomia pela distância, integração e diversificação. Partindo de trabalhos como o de Fonseca (1998), os autores apontaram que a estratégia de distanciamento teria como base a afirmação da autonomia do país a partir de políticas de contestação à ordem internacional e às propostas da potência dominante. Já a tática da integração teria como princípio a adesão às normas e regimes internacionais, associados a potência dominante, considerando que essa seria a ação mais adequada para o país exercer autonomia (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2011).

A estratégia da diversificação, por sua vez, contemplaria maior participação e adesão do país à ordem internacional – característica de uma estratégia de integração – ao mesmo tempo em que buscaria diversificar relações externas por meio de alianças Sul-Sul, parcerias regionais e aproximação com parceiros não-tradicionais, visando “reduzir assimetrias e aumentar a capacidade de barganha internacional do país em suas relações com países mais poderosos” (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2011, p. 36). Cada uma das estratégias listadas teria correspondido a períodos distintos: a da distância teria vigorado na Guerra Fria, a da integração durante a década de 1990, e a da diversificação na gestão Lula (2003-2010).

Lima (2005, p. 9), por sua vez, identificou “duas estratégias internacionais seguidas pelo país a partir de meados do século XX: a de bandwagoning, expressa na relação especial com os EUA, e a de equilíbrio”. Enquanto a primeira volta-se para aproximação e relativo alinhamento com a potência dominante, próxima ao que seria a ideia da autonomia pela integração, a segunda “se caracteriza pela busca de alianças regionais e extrarregionais como mecanismos equilibradores de poder”, assim, ações de diversificação de parcerias e políticas de barganha também seriam características dessa estratégia (LIMA, 2005, p. 9).

Considerando os padrões de inserção assinalados, as relações do Brasil com a China têm sido colocadas por parte da literatura como elemento que reforçaria estratégias voltadas para a busca de equilíbrio e diversificação (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2011; OLIVEIRA, 2012). Em termos históricos, as relações Brasil-China ganharam intensidade apenas há poucas décadas. O estabelecimento oficial das relações entre os países, após o rompimento em 1949, no contexto da Guerra Fria, ocorreu somente na década de 1970. Contudo, até o fim do regime militar (1985), as relações foram limitadas, do lado do Brasil, pela doutrina de segurança nacional anticomunista (BIATO, 2010).

O adensamento partiu da década de 1990, com o estabelecimento de uma parceria estratégica em 1993, e o aumento das relações econômicas (BIATO, 2010). A aproximação com a China foi, então, vista como um caminho para a diversificação das relações externas que permitiria diminuir a dependência com relação aos EUA e ao mundo desenvolvido (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2011; OLIVEIRA, 2012). Na década de 2000, já no governo Lula, as relações passaram a contar com mecanismos institucionais, entre os quais se destaca a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Na vertente econômica, as interações se adensaram ao ponto de o país ser alçado à posição de primeiro parceiro comercial do Brasil em 2009, sendo que os superávits de balança comercial acumulados desde então passaram a se dar significativamente pelo comércio com a China. O país se tornou ainda um dos maiores investidores diretos externos do Brasil na década de 2010 (SCHUTTE, 2020).

Não obstante, a China também foi encarada como estratégica para a política internacional brasileira durante as gestões de Lula e Dilma. As relações por meio do BRICS, em conjunto com Rússia, Índia, África do Sul que possibilitaram a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e a elevação da relação entre Brasil e China, em 2012, para uma Parceria Estratégica Global permitiu que tanto na gestão de Lula, como na de Dilma, o Brasil usasse as relações com a China para

¹ Entre o século XIX e o início do século XXI, o autor considerou a existência de 4 paradigmas: o Liberal-Conservador, entre o século XIX e primeiras décadas do século XX; o Desenvolvimentista, entre 1930-1989; o Neoliberal, da década de 1990, e; o Logístico, que abarcou os anos do governo Lula da primeira década do século XXI (CERVO, 2008).

“contestar aspectos da ordem internacional que eram desfavoráveis a inserção internacional brasileira”, e o apoio chinês para pleitear “reformas de instituições e regras internacionais, de forma a se criar uma inserção brasileira com maior reciprocidade nas estruturas da ordem internacional” (SOUSA, 2016, p. 322-323).

A intensificação das relações, contudo, foi acompanhada de maior politização das interações a partir da qual passou a haver questionamentos sobre a adequação da natureza das relações na vertente do equilíbrio e da diversificação. Trabalhos como os de Vidigal e Bernal-Meza (2020) apontaram para a dependência do Brasil das relações comerciais com a China² e para o impacto negativo para a industrialização brasileira decorrente da competição chinesa, inclusive pela perda de espaço das exportações do Brasil nos mercados sul-americanos. Lembra-se que apesar de o Brasil acumular superávits, o comércio com a China possui um padrão norte-sul, no qual o Brasil compra produtos manufaturados diversos, enquanto exporta produtos básicos³. A politização pela qual as relações passaram foi explorada, parcialmente, durante o governo Bolsonaro.

Contradições das relações com a China no governo Bolsonaro

Desde o governo de Michel Temer (2016-2018), as relações Brasil-China começaram a deixar de ser exploradas pela PEB como elemento estratégico. Se de um lado, relações econômicas - na vertente comercial e na recepção de investimentos – continuaram a se desenvolver entre os países, de outro, na vertente político-diplomática, o governo Temer passou a dar prioridade aos países desenvolvidos e a atribuir menor importância às coalizões com o Sul Global, inclusive aos BRICS, dentro da PEB (SILVA; HOLLEBEN, 2022). Silva (2019, p. 36) argumenta que a promoção do ingresso do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, representou uma trajetória mais “complacente com as ‘regras do jogo’ internacionais”. Nessa cena, componentes que eram vistos como estratégicos nas gestões de Lula e Dilma, referentes ao uso das relações Brasil-China como elemento para impulsionar a política global do país e sua projeção, deixaram de ser buscados, ficando as relações reduzidas a aspectos da dinâmica bilateral, em especial da esfera econômica, ou a inércia nas interações multilaterais previamente estabelecidas, como o BRICS.

Com o início da gestão Bolsonaro (2019-2022), as relações com a China passaram a ser questionadas. Desde a campanha eleitoral em 2018, Bolsonaro indicava que um dos objetivos de sua administração era reduzir a influência da China no Brasil. Duas situações foram emblemáticas. Primeiro, o candidato visitou Taiwan, o que gerou reação negativa por parte de Pequim. Em segundo lugar, o então candidato fez declarações críticas sobre as relações sino-brasileiras, ressaltando que a China estaria “comprando” o Brasil, colocando-a como uma ‘predadora’ econômica (GUIMARÃES; SILVA, 2021).

Após ser eleito, Bolsonaro nomeou, para chefiar o Itamaraty, Ernesto Araújo, cuja visão de mundo partia da premissa de uma crise no mundo ocidental. Nesse contexto, o papel do Brasil seria se alinhar ao Ocidente para contribuir para a superação dessa crise, privilegiando laços com os EUA e o resgate de ‘valores ocidentais’ (ARAÚJO, 2017). Assim, Bolsonaro e membros de sua administração demonstraram a intenção de reorientar a inserção internacional do Brasil, com o objetivo de promover um distanciamento da China e um realinhamento com os EUA, naquela época sob o governo de Donald Trump, a quem Bolsonaro considerava um aliado.

No entanto, essa diretriz enfrentou uma série de obstáculos, uma vez que setores mais pragmáticos – e que eram, inclusive, da base de sustentação política do governo – limitaram os anseios de mudança (LOPES; CARVALHO; SANTOS, 2022). Enquanto, de um lado, havia um grupo, liderado pelo presidente Bolsonaro, seus filhos - especialmente o deputado

² Ressalta-se que segundo Brasil (2022), de 2009 a 2022, a porcentagem de exportações brasileiras comprada pela China foi de 13,8% para 27% das vendas totais brasileiras. Enquanto isso, em termos do superávit acumulado pela balança comercial, em 2015, 50,24% era proveniente da China, já em 2021, esse número chegou a 65,55%.

³ De acordo com Brasil (2022), cerca de 80% da pauta exportadora do Brasil para a China está concentrada na exportação de soja, petróleo e minério de ferro, enquanto 99% das importações provenientes da China se concentram em produtos diversos da indústria da transformação.

federal Eduardo Bolsonaro -, Araújo e Felipe Martins (assessor do presidente), que defendia uma política de relativo afastamento da China; de outro, havia uma ala do governo, composta por membros de vários ministérios e apoiada por parte do legislativo que, influenciada por interesses domésticos específicos, em especial do agronegócio, defendiam a manutenção de boas relações e uma maior aproximação com a China (SOUSA *et al.*, 2021a).

Os conflitos entre esses grupos tornaram a PEB de Bolsonaro contraditória, ferindo interesses nacionais ao se afastar do principal parceiro comercial do país (PECEQUILO, 2021). Enquanto em determinados momentos o que esteve em primeiro plano foram os interesses econômicos dos grupos domésticos, em outros a China foi colocada como uma das principais rivais ideológicas e ameaça ao país (SOUSA *et al.*, 2022b). No ano de 2020, em particular, o governo Trump passou a pressionar mais os países da América do Sul para contribuírem na estratégia estadunidense de contenção da China. Naquele mesmo ano, teve início a pandemia de covid-19 e um panorama de tensões se instalou nas relações.

Agentes do alto escalão do governo brasileiro, entre os quais o próprio presidente, responsabilizaram o governo chinês pela criação da covid-19 (GUIMARÃES; SILVA, 2021). Eduardo Bolsonaro acusou o governo chinês de utilizar a instalação de equipamentos 5G, por meio da empresa chinesa Huawei, para espionar outros países, indicando que o Brasil não deveria permitir que ela atuasse nas redes nacionais, posicionando o país ao lado dos EUA – e contra a China – na guerra tecnológica sustentada por Washington contra Pequim (SOUSA *et al.*, 2021b). Diante de uma visão de PEB que se afastou das estratégias de equilíbrio e diversificação dos governos Lula e Dilma, e de um cenário no qual o alinhamento pretendido com os EUA era visto como excludente as relações com a China, as relações sino-brasileiras ficaram estremecidas.

Contudo, elementos domésticos e externos atuaram para estabilizar e limitar mudanças efetivas. Do lado externo, a eleição de Joe Biden nos EUA, com quem Bolsonaro não conseguiu estabelecer boas relações, inviabilizou a pretendida aliança com Washington (BERRINGER *et al.*, 2021). No âmbito interno, grupos domésticos pressionaram o governo a ajustar as relações bilaterais. Cita-se que setores exportadores, bancadas do legislativo (sendo a maior delas a bancada ruralista), governos subnacionais – interessados em comprar insumos e vacinas, bem como atrair investimentos –, e outros grupos econômicos que seriam afetados pela diluição das relações, como, por exemplo, as empresas de telecomunicação que faziam negócios com a Huawei, pressionaram o governo Bolsonaro a não concretizar grandes mudanças (SOUSA *et al.*, 2022a). Depois de muita tensão, afinal, no início de 2021, o Brasil comprou imunizantes chineses da covid-19, bem como não criou constrangimentos para a atuação da Huawei no país.

Assim, enquanto se admite, por um lado, que Bolsonaro conduziu profundas transformações em características tradicionais da PEB, afastando-se de princípios como o multilateralismo e o universalismo (CASARÕES; FARIAS, 2021), por outro, as relações com a China não conseguiram incorporar todas as mudanças pretendidas. Para Lopes *et al.* (2022), as relações Brasil-China passaram por um período em que não foram consideradas prioridade, mas não houve rompimentos significativos, uma vez que a China continuou a ampliar sua influência sobre o Brasil. Apesar disso, ao fim do governo Bolsonaro prevaleceu a ideia de que as relações ficaram aquém do esperado. Como afirmaram Vidigal e Bernal-Meza (2020, p. 22), as relações com a China foram tratadas de forma setorial e “descompromissada com qualquer planejamento”.

A nova política externa de Lula e as relações Brasil-China nos primeiros cem dias

O diagnóstico feito por Lula e sua equipe foi de que as relações externas sofreram impacto negativo da gestão de Bolsonaro. O relatório final do Gabinete de Transição afirmou que “A combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, no nível externo, afetou a imagem do país e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global” (GABINETE, 2022, p. 50). Assim, nas palavras do novo chanceler, Mauro Vieira, o objetivo da PEB passaria a ser reconduzir “o Brasil ao grande palco das relações internacionais” (VIERA, 2023).

Diante de “uma crise de governança global sem precedentes” (VIEIRA, 2023), a guerra na Ucrânia e a continuidade dos efeitos negativos pandemia, em uma frente, como argumenta Lima (2023, p. 81), defendeu-se “o retorno do país como protagonista global e defensor de uma política externa ‘ativa e altiva’, a autodeterminação dos povos e o compromisso com o multilateralismo”, destacando-se ainda um empenho renovado para o fortalecimento a iniciativas regionais, o “compromisso com a mudança da política climática e ambiental brasileira e a reinserção do Brasil como protagonista global nesta área” (LIMA, 2023, p. 81). Em outra frente, buscou-se recuperar o nexos entre política externa e desenvolvimento para o qual o contexto internacional atual poderia apresentar oportunidades.

Destacou-se que apesar de o país ter passado por um “severo período de desindustrialização e ausência de políticas de desenvolvimento”, o cenário internacional poderia abrir “janelas de oportunidades” (GABINETE, 2022, p. 32) que dariam espaço para uma nova inserção internacional. Diante disso, seria possível buscar a missão de “reindustrializar o Brasil e promover uma inserção internacional mais competitiva” (GABINETE, 2022, p. 32).

A PEB foi orientada nos seus primeiros cem dias por este diagnóstico. Nesse período, foi mantida intensa atividade internacional (ALVES, 2023). O presidente Lula participou de 16 reuniões de trabalho com chefes de Estado e/ou governo, realizando visitas à Argentina, Uruguai e aos EUA, além de confirmar uma agenda de volume para o restante do ano, incluindo a viagem à China (que deveria ter ocorrido dentro dos cem primeiros dias de governo, não fosse o adocimento do presidente).

É possível destacar alguns temas desses cem dias: o papel ativo na defesa da democracia; a tentativa de emplacar um papel de mediação na Guerra da Ucrânia; a articulação para a retomada de mecanismos de integração regional; a tentativa de reconstrução de relações bilaterais estremecidas com a Argentina, os EUA e a China e; a definição da temática ambiental como um dos elementos centrais de projeção do Brasil no mundo.

Com o resgate de procedimentos de equilíbrio e diversificação da PEB, as relações com a China voltaram a ser estratégicas no sentido de buscar-se o aproveitamento delas não apenas na vertente econômica, mas também para a projeção político-diplomática do Brasil no cenário global, conforme destacou o presidente Lula: “queremos ter com a China uma relação que vá além da economia e do comércio” (BRASIL, 2023f). De forma complementar, Vieira (2023) apontou que o Brasil passaria a usar de “maneira criativa” suas articulações externas, entre as quais os “BRICS, cuja condução nos caberá em 2025” com o intuito de “reforçar nossas posições e interesses concretos em temas da agenda internacional”.

Diante dessa nova fase nas relações com a China, nossa análise indicou que o governo brasileiro se concentrou em: i) rearticular as relações políticas e diplomáticas, tensionadas durante o governo Bolsonaro; ii) criar condições para alterar a qualidade das relações bilaterais, em especial no que diz respeito às questões econômicas; e iii) reconstruir a cooperação estratégica dos países com respeito a temas globais. Em termos práticos, a agenda que contemplava tais pontos foi organizada em função da viagem que Lula faria a China.

No que diz respeito ao primeiro item, alguns fatos podem ser considerados simbólicos para a retomada da aproximação política entre Brasil e China. Primeiro, em 2022, o candidato Lula anunciou que teria a China como um dos destinos prioritários de viagem em seus cem primeiros dias de governo (CHADE, 2022). Em seguida, a China enviou para participar da posse de Lula uma delegação de alto nível, com o vice-presidente, Wang Qisha. A mensagem trazida por ele era de que a China atribuía a mais alta importância às relações entre os dois países (CHADE, 2022). Terceiro, Lula, caso não tivesse adiado a viagem, teria sido o primeiro chefe de Estado a visitar a China após as Duas Sessões⁴, período no qual o foco é a revisão e estabelecimento de planos domésticos para depois retomar o engajamento com o exterior. A recepção de Lula logo após as sessões demonstraria a importância que a China atribui ao Brasil nos seus planos futuros.

⁴ A reunião política anual da China, conhecida como Duas Sessões, reúne os líderes e legisladores do país para definir a agenda do governo para o desenvolvimento econômico e social doméstico para o ano seguinte.

Durante os primeiros meses do mandato, a busca por reconstruir a proximidade, foi acompanhada por uma preocupação com a elevação da qualidade das relações. As exportações do Brasil para a China, como mencionado, tem se concentrado em commodities, com destaque para soja, minério de ferro e petróleo. Segundo Konchinski (2023), é preciso buscar a diversificação. É possível afirmar, contudo, que “a principal dificuldade em aumentar as exportações de produtos com maior valor agregado, seja para a China, seja para outros países, é estrutural e está relacionada à baixa competitividade e complexidade da economia brasileira” (ROCHA *et al.*, 2022), não sendo uma questão possível de se resolver em cem dias.

Ainda assim, em termos comerciais, o governo brasileiro conseguiu obter avanços. Durante a visita de Lula ao país, foi estabelecido com a China um acordo sobre requisitos sanitários para o comércio de proteína animal, acompanhado de um plano de trabalho para certificação eletrônica de produtos dessa natureza (BRASIL, 2023a). O acordo – que atende aos interesses da base agroexportadora – tem importância para dar mais previsibilidade aos fluxos de exportações, frequentemente afetados por questões sanitárias.

Ainda na parte comercial, o contexto que cercou a visita impulsionou acordos entre o setor privado brasileiro e empresas chinesas, entre os quais se destacaram: i) a aquisição pela Seara de 280 caminhões elétricos (que evitam o lançamento de CO₂ na atmosfera) da JAC Motors; ii) uma parceria entre a Friboi e a WHG para facilitar a distribuição de produtos da empresa brasileira no mercado chinês; iii) um acordo entre o Banco da China e a JBS para que a brasileira possa acessar créditos para exportação, e iv) a constituição de uma associação entre a *Sete Partners* e o *Tianjing Food Group*, visando a atuação na cadeia agrícola do Brasil (BRASIL, 2023b).

Apesar de considerar-se que os acordos fechados na área comercial foram importantes, e a despeito de a declaração conjunta entre os países, sobre o “Aprofundamento da Parceria Estratégica Global”, afirmar que as partes se comprometiam em “criar condições facilitadoras para que mais produtos competitivos e de alto valor agregado integrem o comércio” (BRASIL, 2023c), deve-se reconhecer que as tratativas refletiram o status quo das relações comerciais, que correspondem a realização dos interesses da base agroexportadora brasileira, e as dificuldades da diversificação das vendas nas atuais condições em que se encontra a indústria nacional.

Ciente dessas dificuldades de diversificação comercial, o foco do governo Lula voltou-se para a busca de investimentos chineses, tendo-se como meta a reindustrialização do país, a geração de empregos e o avanço tecnológico; segundo Lula, em viagem à China: “queremos investimentos para gerar empregos e novos ativos produtivos” (BRASIL, 2023f). Como analisou Sousa (2016), a ideia de que investimentos diretos chineses no Brasil, em especial voltados para indústria e tecnologia, poderiam contribuir para elevar a qualidade das relações bilaterais esteve presente em momentos anteriores, no governo Dilma.

Contudo, o foco em utilizar as relações com a China para desenvolver o setor produtivo se perdeu com a saída dos governos Lula e Dilma do executivo federal. Como afirma Schutte (2020), os investimentos chineses aumentaram no Brasil durante a década de 2010, com foco no setor de energia. Sobre Bolsonaro, especificamente, como afirmam Vidigal e Bernal-Meza (2020, p. 21), “aparentemente estava satisfeito com o status internacional do país, sem atentar minimamente ao processo de desindustrialização”. Em outra frente, os setores internos que deveriam pressionar o governo a tomar alguma atitude também não o fizeram: “Empresários de São Paulo não parecem estar preocupados com o declínio da indústria manufatureira” (VIDIGAL; BERNAL-MEZA, 2020, p. 21). Tampouco os exportadores brasileiros de commodities têm tido interesse em pautar a industrialização. Como durante o governo Bolsonaro os interesses que significativamente influenciaram as relações com a China foram dos setores agroexportadores, os investimentos chineses foram conduzidos na ausência de um plano sobre como poderiam contribuir para a modernização da estrutura produtiva interna.

Com a volta de Lula ao poder e sua meta de reindustrializar o país, as relações com a China passaram a ser vistas como instrumentais. Os acordos fechados entre os países, como parte da agenda da visita de Lula à China, demonstraram isso (BRASIL, 2023a). Primeiro, é preciso mencionar que o tema dos investimentos ocupou importante espaço na declaração conjunta dos países. Afirmou-se, por exemplo, que as partes incentivariam “ativamente empresas dos dois países a fazer

investimentos recíprocos, em particular nas áreas de infraestrutura, transição energética, logística, energia, mineração, agricultura, indústria, sobretudo de alta tecnologia” (BRASIL, 2023c). As declarações apontaram para a possibilidade de uso dos investimentos chineses como forma de aprimorar o desenvolvimento brasileiro. Tem havido uma indicação clara, do governo Lula para a China, de que se espera poder contar com a parceria do país para modernizar a estrutura produtiva e alterar a qualidade da inserção internacional brasileira, reorientando a integração do Brasil nas cadeias de valores globais como país industrial e tecnológico.

Deve-se apontar, que tratativas foram estabelecidas não apenas pelo governo federal, visando a industrialização brasileira e desenvolvimento tecnológico, mas também entidades subnacionais, com três acordos entre o governo do Ceará e empresas chinesas nas áreas de tecnologia e energias renováveis (BRASIL 2023d). Destaca-se ainda a criação de um Grupo de Trabalho para a facilitação do comércio e o estabelecimento do ‘Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação’ entre os países, que coloca disposições para a “cooperação bilateral em pesquisa científica, tecnológica e inovação industrial” em áreas como os semicondutores, que são apontados por especialistas como elementos que podem viabilizar uma parceria dos países (PARAGUASSU, 2023).

Apesar de o Brasil ter optado por não integrar a *Belt and Road Initiative* (BRI), os países “manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento, os programas de investimento do Brasil e as iniciativas de integração regional sul-americanas” e a “Iniciativa do Cinturão e da Rota” (BRASIL, 2023c). Como afirmaram Sousa et al. (2023), permaneceu ainda no governo brasileiro a visão de que a adesão a BRI não traria benefícios adicionais aos que o Brasil já obtém nas relações, sendo que, da parte da China, o fato de o Brasil não estar dentro da iniciativa não tem impactado no andamento das relações. Tanto é assim, que além das tratativas visando as relações bilaterais, os países também desenvolveram novas articulações em questões globais.

Da parte do Brasil, ficou claro que o país pretende recuperar o papel estratégico das relações com a China como elemento para impulsionar sua projeção global. Sobre o BRICS e o NBD, as sinalizações do governo brasileiro têm sido de dar mais peso as iniciativas para a projeção global do Brasil e para impulsionar o desenvolvimento nacional. No NBD, o Brasil articulou a troca de Marcos Troyjo, indicado durante o governo Bolsonaro para presidir o banco (com mandato anteriormente previsto até 2025), pela ex-presidente Dilma, figura política de nível elevado e que possui uma bagagem desenvolvimentista. No BRICS, cuja presidência em 2025 caberá ao Brasil, Lula levantou discussões acerca da possibilidade do desenvolvimento de uma moeda comum (GAYER, 2023). Ainda que a discussão esteja longe de algum encaminhamento, reforça-se a ideia de que o Brasil vê no agrupamento um interlocutor que pode ajudar o país a conduzir questões de interesse nacional e global.

Há ainda outros pontos de convergência que nesses primeiros 100 dias buscou-se explorar visando uma projeção global. Apesar das posições distintas sobre a Guerra da Ucrânia, os países têm coincidido nas críticas a sanções unilaterais e sobre a importância de trazer a Rússia e a Ucrânia para a mesa de negociações (BRASIL, 2023c). Na matéria de segurança alimentar, China e Brasil assinaram um memorando visando o desenvolvimento rural e o combate à fome e a pobreza. O memorando assinalou que as partes procurariam “trabalhar juntas para o desenvolvimento de uma aliança global contra a fome e a pobreza extrema” e, ainda, “coordenar posições e prestar apoio mútuo no âmbito dos fóruns multilaterais” (BRASIL, 2023a), o que indica que acordos dessa natureza reforcem o potencial das articulações de ambos no plano multilateral e o uso estratégico das relações mútuas como elemento de projeção global em temas comuns.

O combate a mudança do clima foi outro elemento que passou a ser instrumentalizado como estratégico. No documento intitulado ‘Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima’, os países decidiram “ampliar, aprofundar e diversificar a cooperação bilateral sobre clima”, como também usaram o documento para reafirmar o “princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, que visa proteger a posição dos países em desenvolvi-

mento em negociações internacionais, e criticaram os países desenvolvidos pelas “obrigações não cumpridas de financiamento climático” (BRASIL, 2023e). Desse modo, tanto o tema da fome e extrema pobreza, como o das mudanças climáticas, entraram no rol de pautas sobre as quais os países buscam articulação conjunta visando sua projeção global.

Em suma, restou claro nas relações nesses cem primeiros dias (somados ao período da viagem de Lula à China, em abril) que o Brasil esforçou-se para reorientar as relações com o país asiático, buscando maior proximidade política bilateral e a elevação da qualidade das relações por meio da oferta de oportunidades para que a China pudesse contribuir para uma das principais metas do governo Lula: reindustrializar o Brasil e promover o seu avanço tecnológico que, por sua vez, se efetivadas, terão o potencial de elevar o patamar de inserção internacional brasileira. Ainda, a rearticulação das relações para além do escopo bilateral, visou impulsionar maior projeção global para ambos os países.

Considerações finais

Nos planos da PEB e inserção internacional do Brasil desenvolvidos durante os cem primeiros dias do novo governo, a China tem tido um papel importante para impulsionar estratégias de equilíbrio e diversificação para o país. Do lado bilateral, a reaproximação política e – diante das dificuldades de promover alterações no padrão comercial – a introdução da pauta da reindustrialização brasileira como elemento a nortear as relações econômicas, em especial os projetos de investimentos chineses no país, ficaram claros nos entendimentos estabelecidos entre os governos. Já as rearticulações entre Brasil e China na política global têm sido pautadas em temas de interesse comum, os quais podem ser usados por ambos para projetarem protagonismo internacional. Livre de uma política de alinhamento com Washington, o Brasil tem visto na possibilidade, não de alinhamento, mas de cooperação abrangente com a China um instrumento para alcançar objetivos domésticos e internacionais.

Há dificuldades oriundas de constrangimentos externos, entre os quais se destacam a crise de governança global evidenciada pela guerra na Ucrânia e, posteriormente, pelo conflito na Faixa de Gaza, além dos desafios de lidar com o contexto econômico mundial pós-pandêmico. Diante de tais constrangimentos, fica cada mais evidente como o governo Lula tem se colocado como porta-voz dos países do Sul Global e, ao mesmo tempo, adotado uma abordagem mais proativa em suas relações com a China, buscando não apenas a cooperação econômica, mas também uma maior proximidade política e estratégica. Entre as metas do terceiro governo Lula estão a reindustrialização da economia brasileira, a promoção do avanço tecnológico e a busca por uma inserção internacional mais significativa. É à luz destes objetivos que tem se consolidado a aproximação Brasil-China.

É preciso salientar que estes esforços de aproximação não se limitam ao âmbito bilateral, também visam impulsionar a projeção global de ambos os países por meio de temas como segurança alimentar, mudanças climáticas, governança global e a participação no BRICS – como posteriormente seria confirmado com a ampliação dos países participantes do grupo. A reorientação das relações entre Brasil e China parece ser promissora e capaz de atender às metas estabelecidas pelo governo Lula, tanto em termos de desenvolvimento econômico quanto de projeção global. Este trabalho deixa em aberto uma agenda de pesquisa para futuras pesquisas que possam complementar e se aprofundar na análise das relações entre os dois países sob a liderança do governo Lula e seus impactos na PEB.

Cabe destacar alguns desafios para a efetiva realização dessa agenda. Primeiro, cabe ressaltar que o direcionamento geral dado pelos documentos de cooperação entre Brasil e China, que visam destacar as oportunidades para a reindustrialização e desenvolvimento tecnológico nacionais, dependerão da elaboração de projetos concretos entre os países. Do lado do Brasil, isso exigirá a articulação do Estado (ministérios, empresas públicas, autarquias, etc.) para mapear e selecionar oportunidades, e mobilizar defensores desses projetos na sociedade, uma vez que, como mencionado, os interesses que têm pautado as relações Brasil-China, dos setores agroexportadores, são forças de status quo que, no geral, não têm interesse em encaminhar a industrialização.

É preciso que o governo brasileiro construa uma base interna de atores sociais que possa apoiar os projetos da nova industrialização brasileira. Já do lado externo, o aprofundamento da cooperação entre Brasil e China pode sofrer com constrangimentos diante de um cenário no qual a competição interestatal entre EUA e China é crescente. Caberá aos executores da PEB atuar nas lacunas dessa competição e encontrar espaços para barganhar melhores termos para a inserção brasileira.

Em resumo, a reorientação das relações entre o Brasil e a China nos primeiros 100 dias do governo Lula reflete uma mudança significativa na abordagem do Brasil em relação ao gigante asiático. A busca por maior proximidade política, a promoção da cooperação estratégica e a ênfase na reindustrialização e avanço tecnológico do Brasil representam uma nova direção na política externa brasileira. A colaboração em questões como segurança alimentar e mudanças climáticas demonstra o compromisso conjunto com desafios globais. Embora os resultados possam depender de uma implementação eficaz e do enfrentamento de desafios contínuos, a trajetória parece promissora. Este estudo destaca a importância de continuar a monitorar e analisar essas relações em constante evolução, à medida que o Brasil busca consolidar seu papel como protagonista global nas próximas décadas.

Referências

ALVES, Ana R. Lula bate recorde de viagens internacionais nos primeiros 4 meses de governo; veja itinerários. **O Globo**, 21 abril 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/lula-bate-recorde-de-viagens-internacionais-nos-primeiros-4-meses-de-governo-veja-itinerarios.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, n. 06, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 08 Out 2023.

ARBILLA, José M. Arranjos institucionais e mudanças conceituais nas políticas externas argentina e brasileira. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro; PUC-RJ, nº22, 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Arbilla_vol22n2.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

BERRINGER, Tatiana; SOPRIJO, Gabriel; ALMEIDA, Gabrielly; MITAKE, Flavia; ANTONIAZZO, Fernanda. 100 dias de governo Biden, as relações Brasil-EUA e a vacinação contra Covid. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**, 08 mai. 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/05/07/100-dias-de-governo-biden-as-relacoes-brasil-eua-e-a-vacinacao-contracovid/>. Acesso em: 09 jun 2023

BIATO, Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira**: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: FUNAG, 2010.

BRASIL. **Comex Stat/MDIC**, 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 131**. Lista e íntegra dos atos assinados no Grande Palácio do Povo, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, 14/04/2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-e-integra-dos-atos-assinados-no-grande-palacio-do-povo-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 132**. Acordos assinados pelo setor privado e por entes públicos brasileiros por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, 14/04/2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordos-assinados-pelo-setor-privado-e-por-entes-publicos-brasileiros-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global**. Pequim, 14 de abril de 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 135**. Lista de atos assinados por governos estaduais, Fiocruz e Vale por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, 14/04/2023d. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-de-atos-assinados-por-governos-estaduais-fiocruz-e-vale-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 134**. Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima, 14/04/2023e. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-brasil-china-sobre-o-combate-as-mudancas-climaticas. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Com primeiro-ministro chinês, Lula reforça intenção de diversificação de investimentos**. Brasília, 14 abril 2023f. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/com-primeiro-ministro-chines-lula-reforca-intencao-de-diversificacao-de-investimentos>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CASARÕES, Guilherme S. P.; FARIAS, Déborah B. L. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741-761, 2021. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1981248>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CASARÕES, Guilherme S. P. A Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.1, n.2, Jul-Dez 2012, p.211-236. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/32661/20524>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

CHADE, Jamil. China envia delegação de mais alto nível que EUA para posse de Lula. **UOL**, 29/12/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2022/12/29/china-envia-delegacao-de-mais-alto-nivel-que-eua-para-posse-de-lula.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FONSECA JR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório Final**. 22/12/2022. Disponível em: <https://gabinetedetransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GAYER, Eduardo. No G7, Lula volta a defender que Brics tenham moeda comum semelhante ao euro. **Estadão Conteúdo**, 22/05/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/no-g7-lula-volta-a-defender-que-brics-tenham-moeda-comum-semelhante-ao-euro/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Feliciano S; SILVA, Irma D. O. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 345-363, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iaa220>. Acesso em: 17 jun. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. Lula vai à China em busca de parcerias para Brasil exportar além de commodities. **Brasil de Fato**, 11/04/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/11/lula-vai-a-china-em-busca-de-parcerias-para-brasil-exportar-alem-de-commodities>. Acesso em: 19 Jun. 2023.

LIMA, Maria R.S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1), 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RLvRNjTTPvTS9wfyNSXcMpr/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2023.

LIMA, Maria R. S. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista**, Ano 2, Número 5 (Jan-Mar): 79-95, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.05.03.04.79-95.pt>. Acesso em: 19 jun. 2023.

LOPES, Dawisson B; CARVALHO, Thales; SANTOS, Vinicius. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil. **Global Studies Quarterly**, v. 2, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isa-gsq/ksac078>. Acesso em: 19 jun. 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. **Brasil e China**: cooperação sul-sul e parceria estratégica. Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil abre caminho com China para parceria em tecnologia de semicondutores, 14/04/2023. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-abre-caminho-com-china-para-parceria-em-tecnologia-de-semicondutores/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Brazilian foreign policy: from the combined to the unbalanced axis (2003/2021). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100111> Acesso em: 10 out. 2023.

ROCHA, Daniel *et al.* Após incertezas, Brasil e China reafirmam compromissos de parceria. **Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil**, 28/06/2022. Disponível em: <https://oieb.org/2022/06/28/apos-incertezas-brasil-e-china-reafirmam-compromissos-de-parceria/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SCHUTTE, Giorgio R. **Oasis no capital – Solo Fértil para a "Corrida De Ouro"**: A Dinâmica dos Investimentos Produtivos Chineses no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

SENNES, Ricardo U. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, Álvaro V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, 10(49), 2019, 23–41. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.86954>. Acesso em: 09 Out 2023.

SILVA, André L. R.; HOLLEBEN, Raquel. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 11, n. 22, p. 200-226, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i22.15098>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUSA, Ana T. L. M. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138117/sousa_atlm_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUSA, Ana T. L. M.; SCHUTTE, Giorgio R.; TEIXEIRA, Ana P.; BELASQUES, Bruna; CASTRO, Bruno. Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio; BERRINGER, Tatiana. (orgs). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: EdUFABC, p. 229-250, 2021a.

SOUSA, Ana T. L. M.; ABRÃO, Rafael A. F.; SANTOS, Vitor H. Entre a subserviência e o pragmatismo: o Brasil perante o 5G. **OIKOS** (Rio de Janeiro), Vol. 20, n. 1, 2021b. Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/716>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUSA, Ana T. L. M.; GAJUS, Brenda N.; PORTO, Filipe; FREITAS, José L.; ABRÃO, Rafael A. F.; RODRIGUES, Vanessa C. P.; SILVA, Vitor G.; SANTOS, Vitor H. Distensão, Assimetrias e Oportunidades Perdidas: Relações Brasil-China no Governo Bolsonaro. In: SOUSA, Ana T. L. M.; AZZI, Diego A.; RODRIGUES, Gilberto M. A. **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022a.

SOUSA, Ana T. L.M.; ABRÃO, Rafael; SANTOS, Vitor H; GAJUS, Brenda. Fake news em grupos bolsonaristas: a construção da China como uma ameaça externa. **Mundo e Desenvolvimento**. v. 5, n. 8, p. 21-38, 2022b. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/105. Acesso em: 09 jun. 2023.

SOUSA, Ana T. L.M; SCHUTTE, Giorgio; ABRÃO, Rafael; RIBEIRO, Valéria. A iniciativa cinturão e rota na América Latina: os casos de Brasil, Panamá, Chile e Equador. In: CORSI, Luiz F; SANTOS, Agnaldo; MENDONÇA, Marina G. **América Latina, eleições e mudanças políticas**. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2023.

VIDIGAL, Carlos E; BERNAL-MEZA, Raúl. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v. 15, n. 2, p. 11-26, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1909-30632020000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 jun. 2023.

VIEIRA, Mauro. **Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores** - Brasília, 2 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasil/discursos-do-embaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posse-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exterores-brasil-2-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

Funções de colaboração exercidas	
Ana Tereza Lopes Marra de Sousa:	Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Rafael Almeida Ferreira Abrão:	Conceituação; Metodologia; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (revisão e edição);
Luís Filipe de Souza Porto:	Metodologia; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)